

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

O papel do dogma religioso na estruturação da cultura política. Dos jovens da Igreja Pentecostal. Assembléia de Deus em Porto Alegre - RS.

André Luis Dos Santos.

Cita:

André Luis Dos Santos (2009). *O papel do dogma religioso na estruturação da cultura política. Dos jovens da Igreja Pentecostal. Assembléia de Deus em Porto Alegre - RS. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1712>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O papel do dogma religioso na estruturação da cultura política

**Dos jovens da Igreja Pentecostal
Assembléia de Deus em Porto Alegre – RS**

André Luis Dos Santos
als387@hotmail.com
UFRGS/Unisul- Brasil

Resumo

Neste artigo¹ parte-se da premissa de que a práxis discursiva de algumas denominações evangélicas mais ortodoxas do ponto de vista do controle social exercido sobre o conjunto dos fiéis, pode, de alguma maneira, influir na determinação do padrão da cultura política dos adeptos, sobretudo os mais jovens que freqüentam mais assiduamente os templos e atividades afins. A hipótese é de que quanto mais elevado for o dogmatismo, maior será a probabilidade de desenvolvimento de uma personalidade orientada para a desvalorização da política. O estudo justifica-se pelo fato de que, de acordo com prognósticos baseados nas taxas de crescimento dos evangélicos nas últimas décadas, para o próximo censo demográfico, em 2010, estima-se que haverá, apenas no Brasil, cerca de 35 milhões de fiéis pentecostais. Destes, dois terços (pouco mais de 23 milhões), pelo menos, serão assembleianos, o que

¹ O Presente artigo foi extraído da Dissertação de Mestrado intitulada *Religião e Política: socialização e cultura política entre a juventude da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus em Porto Alegre – RS*, defendida junto Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, no segundo semestre de 2008. O objetivo foi investigar os efeitos do dogma religioso na estruturação das atitudes políticas dos jovens da Igreja Assembléia de Deus, enfocando, sobretudo, o processo de socialização, bem como o perfil da cultura política, os padrões de associativismo e os mecanismos institucionais de *empowerment*.

leva a crer que, ao lado dos fatores socioeconômicos, culturais e políticos atuais, os novos fatores religiosos surgidos a partir da segunda metade do século XX, e representados pelas diferentes formas de simbiose dos indivíduos com o Sagrado, também devem merecer destaque na agenda acadêmica, sobretudo nos estudos vinculados à vertente culturalista que se dedicam à temática da juventude².

Palavras-chave: religião, cultura política, juventude, participação política

O perfil da cultura política da juventude da AD

A análise do padrão da cultura política dos jovens da AD, em Porto Alegre, RS, foi concebida tomando-se por base as interpretações dos depoimentos dos entrevistados, colhidos em seis entrevistas onde se seguiu um roteiro semi-estruturado e pré-determinado pelo pesquisador. Nele, os entrevistados manifestavam livremente suas opiniões acerca dos temas em pauta. O exercício de liderança, o vínculo direto ou indireto com o segmento jovem, a trajetória de destaque dentro da instituição e a profunda apropriação dos ensinamentos pregados nos espaços pedagógicos e de culto configuraram-se como critérios de escolhas. Além disso, procurou-se eleger líderes dotados de diferentes níveis de escolaridade e de pontos de vista sobre a política e sobre o papel da AD na sociedade contemporânea. Todavia, por se tratar de uma investigação indireta - haja vista que as entrevistas não foram realizadas com jovens propriamente dito, mas com lideranças adultas que trabalham, direta ou indiretamente, vinculadas a eles - ela será concebida como uma verificação realizada nos moldes de um raciocínio dedutivo, possibilitando, assim, distorções interpretativas, mas, nem por isso, menos aproximativas da realidade do que se tivessem sido realizadas diretamente com representantes da juventude.

A intenção é explorar alguns indicadores clássicos - padrões de atitude política; personalidade política; comportamento político; participação política; sofisticação política; comunicação política; satisfação com a política e adesão à democracia - com o objetivo de traçar um panorama da cultura política, bem como a natureza da contribuição desses jovens evangélicos para a consolidação do regime democrático no Brasil.

Lambert e Lambert apud Schmidt (2001, p. 45) assim definem atitude política: trata-se de “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente”. As atitudes políticas configuram-se como tendências

² Particularmente no cenário acadêmico brasileiro, vários estudos têm procurado evidenciar a influência dos aspectos culturais na consolidação de uma democracia substantiva que extrapole os limites formais do modelo procedimentalista vigente. Nesse sentido, investigar o padrão do comportamento político e o perfil da cultura política que emerge da percepção dos brasileiros sobre suas instituições democráticas e sobre os políticos que as representam, torna-se fundamental para pensarmos o futuro da democracia em nosso país e, nesse sentido, refletir sobre os paradoxos da consolidação democrática à luz da subjetividade política (atitudes, comportamentos, sofisticação e eficácia política) dos cidadãos configuram aspectos relevantes para o enriquecimento da teoria democrática no Brasil.

para a ação e se estruturam na personalidade dos indivíduos, principalmente durante a socialização primária. Logo, dificilmente serão modificadas a posteriori mesmo em função do envolvimento dos sujeitos em outras esferas socializantes secundárias. Assim, a atitude política de um indivíduo ou de um grupo social, em particular, consiste na percepção que se tem acerca da sociedade em geral e, stricto sensu, da política, sendo fundamental para a sua formação as influências da família e da escola, podendo variar conforme influências diretas de fatores sociais, culturais, econômicos, biológicos e cognitivos.

Por comportamento político, entende-se “a ação do indivíduo em resposta a uma determinada situação política, e inclui a conduta (comportamento ativo) e a opinião (comportamento verbal)” (SCHMIDT, 2001, p. 50). Sua análise dependerá do contexto sócio-histórico e, ao contrário da atitude política que se configura numa “predisposição relativamente mais estável, o comportamento político é mais volátil (...)” (PISANI et al apud SCHMIDT, 2001, p. 50). Para Schmidt (2001, p. 47), personalidade política pode ser definida como “o estilo particular de comportamento político, próprio de cada indivíduo”. No que concerne a este estudo, a caracterização da natureza autoritária formulada por Lane (apud Schmidt, 2001, p. 49) apresenta determinados traços que vão ao encontro da personalidade política que é estruturada no processo de socialização imputada aos jovens da AD. As mais evidentes são: auto-alienação, irracionalidade, empatia restrita, ego fechado, divisão do mundo em “nós” e “eles”, conformidade, alienação social, tradicionalismo e concepção do mundo como uma selva.

As entrevistas realizadas com as lideranças da AD, em Porto Alegre, sinalizam para uma cultura política entre o segmento jovem desta denominação evangélica do tipo paroquial. Segundo a literatura (SOUZA, 1983), “na cultura política paroquial, os indivíduos possuem pouca ou nenhuma consciência do sistema política global” (p. 22). No caso dos fiéis da AD, contribuem diversos fatores, dentre os quais podemos citar o tradicionalismo apolítico; a identidade orientada pela alteridade; o entrechoque dos valores pregados pela rígida moral cristã em oposição aos valores liberais vigentes na sociedade contemporânea; a condição sócio-econômica deficitária da maioria dos fiéis; o baixo nível de escolaridade; a localização geográfica dos templos associada à escassez de políticas públicas nas periferias metropolitanas onde abundam as igrejas evangélicas e, finalmente, a confiança gerada nessas populações em função do papel assistencialista desempenhado por essas instituições religiosas em substituição ao Estado que, na maioria das vezes, é reconhecido nessas regiões periféricas mais pelo aspecto da coerção e da violência institucionalizada contra os jovens do que pela implementação de políticas públicas de inclusão social.

Dessa forma, pode-se afirmar que os seguidores da AD apresentam atitudes políticas marcadamente pautadas pelos valores da tradição dogmática, reagindo aos assuntos políticos específicos em concordância direta com as normas e valores da ética cristã apolítica internalizados em sua estrutura cognitiva, a partir da sua interação, desde muito cedo, com as práticas pedagógicas socializantes

vigentes na AD. Por conseguinte, pode-se dizer que, no caso da AD, tanto a atitude quanto o comportamento político apresentam, ambos, uma predisposição à estabilidade. Contudo, essa manifestação ocorre num patamar menos participativo do que seria o ideal para um cidadão protagônico, haja vista que ambos são forjados na fornalha do tradicionalismo dogmático que norteia a percepção sobre política dos assembleianos.

Quanto à personalidade política, o modo característico de comportamento político coletivo reflete-se no comportamento individual. Nesse caso, são as relações de poder hierarquizadas, legitimadas pelas práticas discursivas das elites religiosas, pautadas na irrefutabilidade do dogma e no conservadorismo da tradição, que orientam as visões de mundo dos fiéis e atribuem, a esses indivíduos, uma personalidade política pouco participativa, desconfiada e descrente dos valores democráticos que em muito se assemelha ao padrão societário mais abrangente, mas que dele se diferencia num aspecto importante: se no caso do cidadão comum, o afastamento e o desencanto com a política ocorrem em função da incapacidade do Poder Público solucionar mazelas sociais históricas, no caso dos evangélicos da AD, soma-se a este cenário social deficitário do ponto de vista de uma democracia plena, o discurso das elites religiosas que introjetam na estrutura cognitiva dos fiéis, desde cedo, um maniqueísmo ético e moral que dificulta a possibilidade do desenvolvimento de atitudes, condutas e comportamentos protagônicos na maioria deles, impedindo, dessa maneira, a ascensão de um autêntico senso de cidadania crítica e participativa entre os jovens da AD.

Da mesma forma, a comunicação política e a sofisticação política são diretamente influenciadas por uma identidade social sectária pouco afeiçoada aos valores da sociedade contemporânea, bem como por um estilo de vida pouco expansivo e marcado pelo ascetismo, muito embora alguns entrevistados tenham afirmado a não necessidade de discutir assuntos mundanos, tais como os da esfera política, haja vista que os jovens da AD têm acesso a essas informações fora dos templos. Cabe lembrar, contudo, que são estes mesmos líderes que pregam dissimuladamente o apoliticismo e obstaculizam, por ingenuidade da maioria dos adeptos, o direito democrático do livre acesso à informação dentro e fora da Igreja.

Para Schmidt (2001, p. 220), “a comunicação política é um indicador que mede a intensidade com que assuntos do campo político estão presentes nos contatos pessoais cotidianos”. No caso da pesquisa, as respostas dos entrevistados não condisseram com os resultados obtidos pelo autor. Segundo ele, os jovens brasileiros, mesmo insatisfeitos com os rumos da política nacional, ainda assim, dialogam com maior ou menor intensidade sobre o tema. Mais à frente, o autor ressalta que a localização geográfica pouco influencia na comunicação política, e que, mesmo em tempos de grande insatisfação com a política e com os políticos em geral, ainda assim, os assuntos políticos permanecem na pauta das discussões dos jovens brasileiros.

Os depoimentos dos entrevistados mostram uma realidade bem diferente para a juventude assembleiana. Para todos eles, não há espaço para discussão sobre política dentro das congregações, e essa indisposição em relação ao tema estende-se até mesmo ao ambiente familiar. Porém, uma maior proximidade com a esfera política acontece nos períodos eleitorais. Neles, as lideranças mais flexíveis, geralmente mais jovens, permitem diferentes formas de manifestação de candidatos a cargos eletivos, sejam eles evangélicos ou não. Mas mesmo essa nova realidade experimentada pela juventude da AD não ultrapassa os limites formais da democracia eleitoral. Mesmo esse contato mais avizinjado com a política, para os fiéis, configura-se como uma extensão da relação que marca a conjunção da personalidade autoritária característica das lideranças tradicionais, com a submissão e a docilidade dos fiéis frente ao discurso dogmático que norteia o seu estilo de vida. Segundo um dos entrevistados, os jovens são orientados a votar não porque estejam conscientes da importância da participação direta dos cidadãos nos rumos políticos da nação, mas porque eles são ensinados a respeitar as leis e as autoridades do mundo secular da mesma forma com que respeitam e acatam as leis emanadas do Sagrado e contidas no Evangelho, até porque mesmo as leis dos homens só existem com a permissão de Deus.

Não obstante, a participação política dos jovens assembleianos assemelha-se ao padrão atitudinal da grande maioria da população brasileira. Ou seja, a prática eleitoral. Porém, se analisada sob a perspectiva motivacional, os jovens da AD votam por orientação das suas elites, enquanto a maioria dos jovens brasileiros vota ou por idealismo, por mera formalidade ou por temer sanções legais.

Por conseguinte, a sofisticação política, entendida como “um conjunto de características que facultam a compreensão, a eficácia, o conhecimento e a inserção consciente e autônoma do indivíduo no mundo da política” (SCHMIDT, 2001, p. 275-276), mostra os jovens da AD como sujeitos pouco sofisticados politicamente.

Este padrão atitudinal desfavorável à consolidação da democracia brasileira, por si só, não se diferencia do conjunto dos demais jovens brasileiros³ (BAQUERO, 2004; NAZZARI, 1995). Contudo, ao contrário dos demais estudos realizados sobre cultura política entre jovens, este estudo sugere que, no caso dos evangélicos pertencentes a denominações pentecostais apolíticas, mais do que a desigualdade social e a concentração de renda; mais do que a corrupção e a ineficácia das políticas públicas para as camadas mais carentes; mais do que o desemprego estrutural e o desrespeito aos direitos do cidadão; mais do que a falta de identidade ideológica dos partidos brasileiros, e mais do que a crença das camadas populares de que, no Brasil, a severidade da justiça é inversamente proporcional à condição

³ Assim como nos países centrais, tanto no Brasil, quanto no restante da América Latina, diversos autores têm se debruçado sobre as influências da cultura no sistema político e para a estabilidade democrática. O foco principal tem recaído sobre o distanciamento e o comportamento apático e pouco participativo dos cidadãos latino-americanos em relação aos assuntos políticos, gerando, por conseguinte, um sentimento de indiferença e desconfiança no que tange às instituições democráticas e seus representantes.

econômica do cidadão, é a rigidez da moral cristã que rege os valores dos fiéis e dita as suas atitudes e crenças. É ela que se apresenta como a variável determinante no processo de estruturação das atitudes e posturas de desinteresse pelos temas ligados ao mundo da política. O nível de conhecimento sobre os assuntos políticos entre os jovens assembleianos, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, é mínimo, e não há, por parte das lideranças religiosas, sobretudo as mais conservadoras, nenhum interesse em explorá-lo nem mesmo em época de eleições.

Dessa forma, a clara insatisfação com a política, ou seja, o baixo grau de aquiescência em relação ao desempenho das instituições, bem como dos políticos em geral por parte dos jovens assembleianos, constitui-se como um reflexo direto da realidade desfavorável para o tratamento de assuntos políticos dentro da AD. Se no caso dos demais jovens brasileiros essa insatisfação política origina-se das precárias condições sócio-econômicas em que estão imersos, no caso dos jovens da AD, esta mesma situação desfavorável também está presente, só que mascarada por preceitos teológicos ortodoxos presentes nos discursos das elites religiosas que, ao mesmo tempo em que demonizam a política, inibem o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos “escolhidos de Deus”.

Considerações finais

A análise de algumas das variáveis mais comumente utilizadas nos estudos de cultura política para mensurar o padrão das atitudes, condutas e comportamentos políticos dos cidadãos mostrou que, no caso dos jovens da AD, os resultados levam a crer que não há uma grande diferença no padrão da cultura política desse segmento específico em comparação aos demais jovens brasileiros. Porém, as análises mostraram que, mais do que as condições materiais de sobrevivência é o modus operandi dos discursos dessas elites religiosas que norteia a postura de distanciamento e negação tanto dos adultos quanto dos jovens dessa denominação pentecostal frente à política. Nesse sentido, a escassez de comunicação política no ambiente familiar e nos templos, associada ao controle do acesso aos meios de informação e à centralidade da educação religiosa em detrimento da educação laica, geram uma sofisticação política muito aquém do aceitável para os padrões mínimos de uma cidadania participativa e crítica. Ou seja, mudam-se as bases motivacionais das atitudes e comportamentos em relação à política (dogma para uns e precarização das condições materiais de sobrevivência para outros), mas permanecem muito semelhantes os efeitos na conduta e na postura tanto para os jovens da AD quanto para os demais jovens brasileiros: apatia, desinteresse, descrédito e desconfiança nas instituições e, particularmente, na classe política em geral.

Por outro lado, a qualidade da cultura política da juventude assembleiana está diretamente ligada ao processo de socialização experimentado pelos adeptos desde a infância nos espaços de socialização e,

mais particularmente, nas Escolas Bíblicas Dominicais (EBDs). Por conseguinte, o padrão da participação define-se pelo formalismo da prática periódica do voto obrigatório motivado não pelo desejo de influenciar os rumos da política nacional, mas pela extrapolação de relações de poder verticalizadas revestidas por uma tradição dogmática de caráter conservador e maniqueísta. Assim, pode-se afirmar que, do ponto de vista qualitativo, a cultura política da juventude da AD é tão deficitária quanto a dos demais jovens brasileiros que sobrevivem, em média, nas mesmas condições materiais, só que profundamente influenciada pela tradição apolítica das suas elites eclesiásticas. Logo, A manifestação de cidadania, mesmo a formalista, consubstancia-se numa explicitação do vínculo com o Sagrado, haja vista que eleger um candidato significa, para os adeptos da AD, um ato de obediência a Deus.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, p. 25-36, maio-dez. 1997.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (Org.). *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston & Toronto: Little, Brown and Co.,1963.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture revisited*. Boston & Toronto: Little, Brown and Co., 1980.
- AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BAQUERO, Marcello. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, Marcelo. (Org.). *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./dez. 2003.
- DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. SP: Melhoramentos, 1973.
- FRESTON, Paul. Pentecostalism in Latin America. In: *Social Compass*. Louvain: Groupe de Sciences Sociales des Religions, v.45, n. 3, p. 337, 1998.
- FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie*, p. 329-340, 1999.
- LAGOS, Marta. A máscara sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, v. 6, n. 1, 2000.
- LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 162-187, 2004.

- MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-124, jun. 2003.
- MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.
- NAZZARI, Rosana K. Socialização política e construção da cidadania no Paraná – 1993-1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, 1995.
- NÉRI, Marcelo Côrtes (Coord.). Economia das religiões. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007. 51p.
- ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). Globalização e religião. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SANTOS, A. L. Religião e Política: socialização e cultura política entre a juventude da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus em Porto Alegre - RS. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, 2008, 154 f.
- SCHIMIDT, João Pedro. Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SOUZA, Ayda Connia de. Socialização política: a família e a escola na formação das atitudes políticas dos adolescentes de Porto Alegre. 1983. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, 1983.
- TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Org.). As religiões no Brasil: continuidades e rupturas. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.